

Ref. SERPA, A. Fatores Sócio-Culturais na Avaliação de Impactos Ambientais: O Caso da Periferia de Salvador. Cadernos do EXPOGEO, Salvador-Bahia, v. 9, n. 9, p. 23-33, 1998.

**Fatores Sócio-Culturais na Avaliação de
Impactos Ambientais: O Caso da Periferia de Salvador¹
Angelo Serpa²**

O fator humano é relegado em muitos casos a um plano secundário na avaliação de impactos ambientais. Muitas vezes deixa-se de analisar os aspectos relacionados com a cultura, bem como os fatores econômicos e sociais, que não ganham a mesma atenção na avaliação de impactos, como os fatores relacionados com o ambiente físico.

Fala-se, por exemplo, que o Projeto Baía Azul³ é um projeto de saneamento que vai despoluir as praias da orla atlântica e da Baía de Todos os Santos, recuperando sua balneabilidade. O que ocorre, na verdade, é que esses investimentos trarão o crescimento do turismo. Hoje se fala que o turismo pode ser uma saída também para aquela região da Baía de Todos os Santos, inclusive com a possibilidade de um intercâmbio maior entre Salvador, os municípios próximos e as ilhas, através da Baía.

Hoje em dia fala-se muito do turismo na Bahia como uma saída econômica para o Estado. O turismo nunca foi tão alvo de preocupação dos nossos governantes como nos últimos tempos. Investimentos na infra-estruturação de Salvador para o turismo estão na ordem do dia. O programa Baía Azul, ao devolver a balneabilidade das praias, traz também a possibilidade de exploração turística da área da orla suburbana via marítima. Ao mesmo tempo, o Estado, ao investir em infra-estrutura na orla, traz a possibilidade de outros investimentos, como, por exemplo, o turismo náutico, com a construção de marinas, pontos de atracação etc.

O que na verdade essa discussão esconde é que a ampliação da atividade turística na região do Subúrbio Ferroviário baseia-se na construção de "cenários", pois o turista poderá ter acesso a essas áreas sem nenhum contato com a realidade de extrema pobreza dos moradores no interior dos bairros. O isolamento atual da orla do Subúrbio, com a desativação de ancoradouros e o pouco uso do espaço limítrofe com o mar, parece estar com os dias contados. Segundo PEDRÃO et al. (1998), a marina em Paripe, com projeto já aprovado, vai servir a embarcações de competição e lazer. Outros projetos para a área estão na ordem do dia⁴.

¹ Intervenção no seminário "Avaliação de Impactos Ambientais", promovido pelo Departamento de Geografia da UFBA e pelo Expogeo em agosto de 1998.

² Professor Adjunto Doutor do Departamento e Mestrado de Geografia, da Universidade Federal da Bahia.

³ O Programa Baía Azul reúne recursos de três projetos: o de Saneamento Ambiental da Baía de Todos os Santos, o de Modernização do Setor de Saneamento e o Metropolitano. A maior parte destes recursos será direcionada para esgotamento sanitário e abastecimento de água. Também serão desenvolvidas ações visando à melhoria dos serviços de coleta e disposição final dos resíduos sólidos (lixo), à intensificação do controle da poluição industrial, principalmente em relação aos lançamentos de efluentes na Baía de Todos os Santos, e ao desenvolvimento de projetos de Educação Sanitária e Ambiental (CARVALHO, 1996).

⁴ Grandes investimentos estão previstos nos próximos quatro anos pela Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador - CONDER. O projeto Ribeira Azul, por exemplo, prevê investimentos de 10 milhões de reais (recursos do BID) para a área, com instalação de marinas (4 pontos de atracação) e reurbanização das praias, com instalação de equipamentos esportivos e de lazer.

O Subúrbio Ferroviário é uma extensa área de 4.145 hectares, bordeando longitudinalmente a Baía de Todos os Santos, no lado oeste de Salvador:

“A ocupação pontual foi promovida inicialmente pelos engenhos de cana de açúcar nos núcleos de Paripe, Plataforma e Periperi, que eram também paradas de trem da rede ferroviária; e por estas imediações fixaram-se os funcionários das empresas da região, iniciando-se então um processo gradual de densificação. A rede ferroviária era a ligação terrestre entre o Recôncavo e a cidade do Salvador. Até hoje esses são os três núcleos mais densamente povoados, e que apresentam um melhor padrão construtivo em comparação com o restante da região administrativa” (PEDRÃO et al., 1998)

Com o adensamento dos núcleos iniciais, resultado do fluxo de novos moradores de baixo poder aquisitivo, começam a ser ocupadas as encostas e as áreas mais internas em relação à costa. Esta situação se mantém estável e praticamente inalterada até a década de 50, quando a ocupação inicial se expande, através principalmente de loteamentos promovidos pela iniciativa privada, com lotes de 350 metros quadrados em média, um padrão considerado “popular” para a época:

“Em 1969 implantou-se a Av. Afrânio Peixoto, conhecida como a Suburbana, que corre na maior parte de sua extensão em paralelo ao trilho do trem. Esta avenida impulsiona a instalação de atividades comerciais lindeiras à sua passagem, e o rápido adensamento de suas margens, inclusive por habitações” (PEDRÃO et al., 1998).

Deve-se acrescentar que grande parte das terras da orla suburbana ou pertencem à Marinha ou pertencem (ou pelo menos se diz que pertencem) à família Martins Catharino, que reclama a propriedade de outras terras em bairros como Pirajá, Curuzu e Fazenda Grande.

No bairro de Plataforma, grande parte dos terrenos na orla marítima são reclamados por esta família, que cobra aluguel dos moradores há pelo menos 30 anos. A situação dos terrenos é, portanto, irregular, e esses moradores podem ser colocados para fora das suas casas a qualquer momento por uma ação judicial. Os moradores vêm questionando o pagamento de aluguéis à família por orientação da associação de moradores, embora essas ações impetradas na justiça, não dêem, muitas vezes, qualquer resultado. São geralmente ações coletivas, de questionamento, inclusive, da propriedade dessas terras pela família Martins Catharino, alegando-se, por exemplo, o uso capião urbano.

Então, ao se pensar no impacto ambiental do Projeto Baía Azul, esquece-se de fazer uma análise mais profunda nessa direção. Pensa-se no que o turismo pode trazer em termos de vantagens econômicas, mas, muitas vezes, esconde-se o impacto social que pode ter o turismo nessa área, podendo-se repetir histórias anteriores, como o caso do Pelourinho. Sob a ótica dos moradores do Subúrbio, os projetos descritos anteriormente deveriam ser melhor discutidos com as comunidades. A FABS - Federação das Associações de Bairro de Salvador reclama da falta de transparência na gestão dos recursos e na elaboração dos projetos.

Em Plataforma, bairro centenário, de origem operária, a AMPLA (Associação de Moradores de Plataforma) quer ver realizado o projeto de instalação de um Centro de Educação e Cultura

Popular do Subúrbio nas ruínas da antiga fábrica de tecidos (Fatbrás), hoje desativada. O projeto, elaborado em parceria com a Faculdade de Arquitetura da UFBA, prevê a instalação de lojas e oficinas de artesanato, de uma marina, com embarcações ligando o bairro a Ribeira, localizado no outro lado da Enseada dos Tainheiros, auditórios e teatro para apresentação de grupos locais. A associação luta também pela gestão comunitária dos equipamentos (SERPA & GARCIA, 1998).

Um outro exemplo que gostaria de abordar é o do Parque Metropolitano de Pirajá, que se localiza na mesma área. O Parque é a segunda maior floresta urbana do País, uma reserva de Mata Atlântica, e também palco de manifestações religiosas ligadas ao Candomblé. Então a história dessa área é sobretudo uma história cultural, uma história que está intimamente relacionada às tradições africanas na Bahia. O caráter sagrado de uma parte do Parque Metropolitano de Pirajá (Parque de São Bartolomeu) é, ao mesmo tempo, também um atrativo turístico. Um atrativo que indica uma direção para a sobrevivência dessa área na cidade, como uma área de lazer "ecológico-cultural".

A floresta do Urubu - hoje conhecida como Parque de São Bartolomeu - abrigou escravos fugitivos que aqui encontraram proteção e refúgio, organizando-se por volta do ano de 1826 no chamado Quilombo do Urubu. Ao contrário dos grandes latifúndios de cana aqui se plantava de tudo - inclusive árvores frutíferas como mangueiras e jaqueiras, hoje encontradas em profusão no Parque-, e não só para o consumo dos ex-escravos agora organizados em quilombo, mas também como fonte de renda, já que o excesso de produção era trocado com as aldeias vizinhas. Independência e autonomia não eram bons exemplos para os escravos negros e, como muitos outros quilombos, o do Urubu teve vida curta e foi logo dizimado pelos portugueses.

"No ano de 1826 os escravos rebelados estabeleceram quilombo nas matas do Urubu, perto da capital da Bahia, cujas atividades agressivas contra a estrutura dominante provocou sua destruição seguida de grande número de prisioneiros quilombolas, dentre estes a escrava Zeferina que valentemente manejou o arco e a flecha, lutou com denodo antes de ser capturada" (DO NASCIMENTO, 1980).

Valdina Oliveira (Terreiro Tanuri-Junçara) acha que a mata do Urubu foi um espaço onde o negro pôde ser realmente negro: *"E ele foi negro na sua maneira de se organizar, na sua maneira de lutar, na sua maneira de rezar também (...) Então daí foi consolidado um lugar sagrado a partir da prática. E tem verde, tem água. Onde tem planta, tem folhas, onde tem raízes, onde tem água, aí tem todo o manancial de recursos para o culto"*.

Dona Léó (Terreiro Obá-Kisê) sente falta do tempo em que ela e outros participantes do culto organizavam romarias em direção às cachoeiras do Parque: *"No meu tempo a gente fazia romaria. Eu mesmo depois que fiz o santo, a romaria da gente, depois do Senhor do Bonfim, a gente foi passear o dia todo, as iaô do meu pai-de-santo, tudo foi prá lá passar o dia (...) Ia tomar banho quem era da seita. Mas chegou ali, molhou a cabeça, já tava indo s'imbora porque o orixá pegava"*.

Seu Joselito (Terreiro Taiti) também recorda com saudades desses tempos: *"A gente saía de nossa casa com as obrigações e quando chegava lá, antes de chegar nos milagres, a gente ia tomar um banho de asseio naquela cachoeira que corre naquelas primeiras pedras, descendo*

a ladeira de Pirajá. A pessoa tomava banho ali prá dali partir para os milagres de São Bartolomeu. Era um respeito estúpido, que hoje em dia já não há mais".

"No princípio dos anos 40, eu era menino ainda, me lembro da minha primeira participação, junto com a comunidade, das caminhadas ao São Bartolomeu, costume que já se verificava antes dos meus avós (...) Ali sob as águas da cachoeira, éramos batizados (...) Todos se deliciavam com as frutas do local e lanches que cada um havia levado. No final do dia retornávamos com a alma leve e pura. Na volta, os comentários giravam em torno de como o outro vira o arco-íris de dentro da cachoeira. Essas caminhadas se repetiam no mínimo duas vezes por ano" (Everaldo Duarte, Terreiro do Bogum).

Com o passar dos anos foram realizadas tantas cerimônias, consumados tantos ritos, oferendas e sacrifícios que hoje torna-se difícil separar claramente as áreas sagradas e profanas no interior do Parque de São Bartolomeu: *"Sabe por que? Porque tem muito axé assentado ali (...) Faz de conta que eu vou lá, pego um ônibus, chegando lá eu não vou fazer a obrigação na frente de todos. Então muitos procuram seu lugar lá em cima, faz seus axés lá em cima e deixa. Então vai variando, cada lugar que o senhor for tem alguma coisa de axé ali" (Tânia Maria dos Santos, Terreiro Oxumaré).*

As declarações acima, colhidas nos meses de março e abril de 1992 através de entrevistas com praticantes do Candomblé em alguns terreiros de Salvador, demonstram que os descendentes dos escravos africanos de diferentes nacionalidades (principalmente da Nigéria, Benin, Angola e Congo) se afirmaram como principais usuários do Parque de São Bartolomeu (SERPA, 1996). Através da prática contínua de romarias, oferendas, banhos de asseio, batizados e sacrifícios e da estreita ligação do culto com a natureza, o Parque tornou-se morada dos deuses africanos.

O mundo material e o mundo espiritual estão muito ligados na cosmologia e na prática do candomblé. Algumas substâncias e materiais desempenham por exemplo um papel fundamental no culto. São vistos como portadores privilegiados de axé, de força natural, que deve ser constantemente renovada, reciclada e redistribuída entre as pessoas, as árvores, as pedras e os lugares. Os portadores de axé - chamados de "sangue" pelos praticantes do culto - podem ser divididos em três categorias (vermelho, branco e negro) e pertencer ora ao reino animal, ora ao vegetal e ora ao mineral. A pesquisadora Juana Elbein dos Santos enumera alguns exemplos para cada uma das categorias citadas:

"O sangue vermelho compreende por exemplo o corrimento menstrual, o azeite de dendê, o cobre; o sangue branco, o sêmen, o álcool, a prata; o sangue preto, as cinzas de animais, o índigo e o ferro" (ELBEIN DOS SANTOS, 1986).

No culto do candomblé todos os sacrifícios e oferendas visam o equilíbrio e a harmonia da energia vital, do axé. Graças a essa energia é que todas as coisas, seres e lugares "existem", é que o mundo e o universo "giram". O manuseio correto das substâncias portadoras de axé pode proporcionar um equilíbrio de forças entre os mundos material (Àiyé) e espiritual (Òrum): É essa idéia de intercâmbio entre os dois mundos, de equilíbrio de energia, que explica o papel central dos sacrifícios e oferendas no candomblé (SERPA, 1996).

Para entender o caráter sagrado do Parque de São Bartolomeu é necessário se deter mais nas práticas e nos ritos do candomblé. São esses ritos a expressão de uma cosmologia e visão de mundo precisas: Todas as ações dos praticantes do culto no Parque devem ser explicitadas e melhor entendidas, já que exprimem um profundo sentido estético, religioso e, por que não dizer, ecológico. Os sacrifícios e as oferendas aos deuses, as romarias às cachoeiras sagradas e a coleta de plantas rituais na área do Parque mostram uma ligação bastante forte do candomblé com a natureza, dão novos significados aos espaços e elementos naturais e fazem do Parque o local de morada de Oxumaré (orixá do arco-íris), Nanã (orixá da lama, das águas subterrâneas e dos pântanos), Oxum (orixá da água doce e da fertilidade), Obaluaiê (orixá das doenças que mantem estreitas ligações com a terra e os troncos das árvores) e Tempo (orixá bantu da caça).

A escolha de lugares determinados no Parque para "moradia" dos orixás obedece a um critério de escolha ditado pelas características especiais do lugar e pelos elementos naturais que o compõem (por exemplo, presença de quedas d'água, grandes pedras ou árvores específicas). Os praticantes do culto parecem ter a capacidade de distinguir por detrás do mundo visível a presença dos seus deuses, sacralizando dessa forma o espaço físico e seus elementos formadores.

"O pessoal de Labatu, de Pirajá, muita gente ligada à seita, achou que aquele lugar ali era excelente para o culto. Porque nós achamos que ali tem muito axé, muita força. Quando a gente chega ali a gente recebe aquele ar puro, aquela simplicidade, aquela verdade. E quando a gente vê o arco-íris a gente ainda tem mais uma impressão" (Mãe Astéria, terreiro de angola).

Essa área de lazer teria também um conteúdo "folclórico" para o turista por ser um lugar sagrado para o candomblé. Uma avaliação de impactos ambientais do turismo nessa área da cidade dificilmente levaria em consideração a necessidade de privacidade e de recolhimento dessas pessoas que praticam sua religião ao ar livre, junto de cachoeiras, de lagoas, perto de pedras, ou mesmo dentro do mato; como conciliar a atividade turística com essa atividade religiosa, que é, aliás, o grande motivo da preservação dessa área, que se manteve ali, apesar do contexto adverso de ocupação e de extrema necessidade da população de construir no interior do Parque?

Como nas igrejas católicas, que são abertas à visitação apenas em determinados horários, mas com horários determinados para a realização de missas? Deveremos marcar horários para o rito do Candomblé acontecer na área, e depois ceder esses espaços ao turista? Será que essas coisas são compatíveis?

Um outro exemplo, também relacionado com o candomblé, é o processo de expansão das chamadas áreas de urbanização popular sobre os terreiros, que com o passar do tempo vão perdendo suas áreas verdes, suas características originais. Os praticantes do candomblé não podem mais colher as folhas, as plantas, que necessitam para os seus rituais, visto que já não existem mais áreas verdes junto a esses terreiros. Uma pesquisa recente de um estudante de geografia da UFBA, bolsista de iniciação científica do CNPq e meu orientando, mostra que os terreiros dos bairros do Curuzu e de Plataforma não se organizam mais como os terreiros mais tradicionais da cidade.

A pesquisa baseou-se na análise de dados empíricos obtidos com a utilização de 55 questionários, aplicados com ialorixás, babalorixás e filhos de santo. Além dos questionários, foram realizadas 70 entrevistas com autoridades do candomblé e moradores antigos dos bairros pesquisados, no intuito de analisar um maior número de versões a respeito do crescimento urbano e da importância da religião no local. O levantamento dos pomares existentes foi realizado com o objetivo de entender o funcionamento da simbologia do verde para esta religião e até que ponto o manejo dessas áreas influencia a manutenção das tradições afro-brasileiras.

Foram levantados 55 terreiros e sessões de giro de diferentes nacionalidades (Angola, Congo, Gege e Ketu) nos bairros do Curuzu e de Plataforma, sendo que no bairro do Curuzu foram pesquisados 27 templos e em Plataforma, 28. A análise dos dados obtidos mostra que existem poucos terreiros e sessões de giro que cultivam áreas verdes. Os que cultivam “espaços de mato”, o fazem na forma de roças, jardins, quintais ou em vasos. Dentre as espécies encontradas nos terreiros, as mais frequentes foram: guiné (*Petiveria alliacea* L.), jurubeba (*Solanum paniculatum*) e sete sangrias (*Cuphea* sp). Dentre as espécies não encontradas nos terreiros, mas utilizadas no culto, as mais citadas foram: goiabeira (*Psidium Guajava* L.), mastruço (*Lepidium pseudodydima* Thell. ou *Senebiera didyma* Pers. ou *Coronopus didymus* Sm.) e pata de vaca (*Bauhinia forticata* Link). Vale ressaltar ainda o caráter medicinal dessas folhas: o processo de expansão urbana traz consigo, portanto, uma perda do conhecimento a respeito dos usos medicinais dessas plantas (CORREIA & SERPA, 1998a).

Constatou-se ainda que as espécies não encontradas nos templos, mas utilizadas no culto, ou são adquiridas na Feira de São Joaquim ou são colhidas na Mata de São Gonçalo do Retiro, no Parque de São Bartolomeu, em Cajazeiras ou nos municípios de Cachoeira e Simões Filho. Com o processo de expansão urbana da cidade do Salvador, a partir de 1968, em decorrência da construção de avenidas de vale, de novos viadutos e de outros equipamentos, houve uma diminuição significativa de áreas verdes no espaço metropolitano.

Os resultados da pesquisa mostram também que o espaço dos templos nos bairros do Curuzu e Plataforma não se organizam do mesmo modo que outros terreiros considerados tradicionais da cidade, como o Ilé Axé Opo Afonjá, Gantois, Casa Branca etc; de modo geral, as áreas verdes dos terreiros nos bairros têm dimensões bastante reduzidas ou inexistem. Dificuldades econômicas da população residente nos bairros justificam, nos terreiros pesquisados, uma maior imbricação dos espaços sagrados e cotidianos que nos terreiros tradicionais, já que os templos são também local de moradia de mães e pais de santo e suas famílias (CORREIA & SERPA, 1998b).

Com esses três exemplos pretendeu-se mostrar como o fator humano muitas vezes não tem a mesma relevância que o ambiente físico na análise dos impactos ambientais, menosprezando-se os chamados "impactos sociais" de projetos de intervenção urbana, paisagística e ambiental.

BIBLIOGRAFIA

CARVALHO, J. O Saneamento da Baía de Todos os Santos. In: *Metrópoles e Desenvolvimento Sustentável*, pp. 79-89. Salvador: Goethe Institut, 1996.

CORREIA, S. S. & SERPA, A. Influência do processo de expansão urbana na perda de áreas verdes e no uso de plantas medicinais nos terreiros do Curuzu, Salvador. In: Congresso Nacional de Botânica, XLIX, 1998, Salvador. **Resumos...** Salvador: Universidade Federal da Bahia/Instituto de Biologia, 1998, p. 265-266.

CORREIA, S. S. & SERPA, A. A descaracterização sócio-espacial dos templos da religiosidade afro-brasileira no bairro do Curuzu e o processo de expansão urbana. In: Encontro Nacional de Geógrafos, 11, 1998, Vitória da Conquista. **Resumos...** Vitória da Conquista: Associação dos Geógrafos Brasileiros/Universidade do Sudoeste da Bahia, 1998, V. I, p. 31.

DO NASCIMENTO, A. *O Quilombismo*. Petrópolis: Editora Vozes, 1980.

ELBEIN DOS SANTOS, J. *Os Nagô e a Morte*, 4a. Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

PEDRÃO, F.C. et al. Processo Histórico de Urbanização. In: *Bacia do Cobre: Avaliação Sócio Ambiental e Processo Histórico*, pp. 75-91. Salvador: Centro de Estudos Sócio-Ambientais, 1998.

SERPA, A. Ponto Convergente de Utopias e Culturas: O Parque de São Bartolomeu. In: *Revista Tempo Social*, Volume 8, nº 2, pp. 177-190. São Paulo: Departamento de Sociologia da USP, 1996.

SERPA, A. & GARCIA, A. O potencial turístico do Subúrbio Ferroviário de Salvador sob a ótica das associações de moradores. In: Encontro Nacional de Turismo com Base Local, 2, 1998, Fortaleza. **Resumos...** Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará/Mestrado em Geografia, 1998, pp. 46-47.